

<<Geral>>

20/02/2006

MPF/RJ quer intervenção em Conselho Federal de Enfermagem

O Ministério Público Federal no Rio de Janeiro moveu Ação Civil Pública, com pedido de liminar, contra a União e o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) para que haja uma intervenção do Ministério do Trabalho e Emprego na autarquia. Nos últimos anos, várias irregularidades, como desvios de recursos públicos e fraudes em licitações, foram praticadas na administração do Cofen e de alguns Conselhos Regionais (Coren), cujo papel é fiscalizar o exercício da atividade de enfermagem. A ação, movida pelo procurador da República Edson Abdon, foi recebida na Justiça Federal no Rio de Janeiro.

Com a intervenção, o procurador Edson Abdon quer que o Ministério de Trabalho e Emprego desloque servidores para a sede do Cofen pelo período necessário à regularização da atividade administrativa e apuração de ilícitos. Assim, afasta-se a atual gestão de conselheiros e suplentes do triênio 2003/2006, que deverão ser imediatamente notificados para que fiquem impedidos da prática de todo e qualquer trabalho operacional e administrativo no âmbito da entidade.

"Considero urgente a intervenção federal na entidade como instrumento legal de preservação do interesse público", afirma o procurador Edson Abdon. "Defendo que uma comissão apure igualmente a gestão de todos os Corens para aferir sua regularidade e a legitimidade de seus membros, observando se o processo eleitoral e a legislação foram respeitados."

Em liminar, o MPF requer que se apure a regularidade das eleições dos Conselhos, marcadas para 3 de abril, a fim de garantir amplo acesso e participação dos interessados. Há dez anos, ocorre um revezamento nos cargos de direção no sistema Cofen/Coren, que envolve participantes de uma quadrilha que são réus em duas ações penais movidas pelo MPF no ano passado.

Eles são processados por peculato, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica, interceptação telefônica ilegal, advocacia administrativa (uso de cargo público para atender a interesse privado) e formação de quadrilha. Investigação da Polícia Federal comprova que, em cinco anos, foram desviados cerca de 5 milhões de reais dos cofres públicos, em valores atualizados.

Mario Grangeia
Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Rio de Janeiro
Telefones: (21) 2107-9488 / 2107-9460

Fonte: <http://www.pgr.mpf.gov.br/pgr/imprensa/iw/nmp/public.php?publ=6459>